

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de setembro de 2018**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de novembro de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Rogério Hernández Garcia
Contador CRC 1SP213431/O-5

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Ativos	Nota	30/09/2018	31/12/2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.324.258	1.727.521	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	637.624	1.264.352
Títulos e valores mobiliários	6	1.106.780	509.544	Fornecedores	14	1.744.850	1.444.835
Contas a receber de clientes	7	775.641	611.976	Outros passivos financeiros		47.828	51.403
Estoques		67.347	76.548	Pagáveis à partes relacionadas	9	8.698	8.370
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		105.270	61.393	Ordenados e salários a pagar		58.479	59.059
Outros tributos a recuperar	8	83.450	77.109	Outros tributos a pagar		137.180	146.169
Instrumentos financeiros derivativos	21	120.625	211.088	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		911	147.235
Recebíveis de partes relacionadas	9	1.349	1.039	Outras contas a pagar		8.653	5.252
Outros ativos		25.682	25.264				
Ativo circulante		3.610.402	3.301.482	Passivo circulante		2.644.223	3.126.675
Contas a receber de clientes	7	24.634	28.706	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	3.191.349	2.948.152
Transporte não utilizado	10	280.372	291.290	Adiantamento de clientes e outros		24.644	26.191
Outros tributos a recuperar	8	11.055	11.098	Provisão para demandas judiciais	16	112.731	107.637
Instrumentos financeiros derivativos	21	251.839	247.388	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	63.536	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	91.152	Obrigações de benefício pós-emprego	22	452.077	440.827
Depósitos judiciais	16	53.105	53.580	Passivo não circulante		3.844.337	3.522.807
Outros ativos		929	994	Total do passivo		6.488.560	6.649.482
Intangível	11	4.748.682	4.640.875	Capital social		1.650.032	1.481.204
Ativo não circulante		5.370.616	5.365.083	Reserva de capital		59.477	227.161
Total do ativo		8.981.018	8.666.565	Reserva de reavaliação		5.762	5.838
				Reserva de lucros		425.893	432.177
				Ajuste de avaliação patrimonial		(129.297)	(129.297)
				Lucros acumulados		480.591	-
				Patrimônio líquido	17	2.492.458	2.017.083
				Total do passivo e patrimônio líquido		8.981.018	8.666.565

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Demonstrações de resultados

Em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

Nota	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
	1.900.984	4.924.663	1.535.082	4.041.014
Receita operacional líquida				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	19 (1.377.288)	(3.460.087)	(935.950)	(2.522.881)
Resultado bruto	523.696	1.464.576	599.132	1.518.133
Despesas de vendas	19 (38.463)	(110.025)	(35.155)	(103.484)
Despesas gerais e administrativas	19 (175.626)	(508.257)	(177.180)	(538.117)
Outras despesas operacionais, líquidas	(7.816)	(12.133)	(11.634)	(21.523)
Instrumentos financeiros derivativos	(221.905)	(630.415)	(223.969)	(663.124)
Resultado antes do resultado financeiro líquido	301.791	834.161	375.163	855.009
Despesas financeiras	(126.510)	(335.828)	(128.686)	(361.289)
Receitas financeiras	55.460	154.443	64.589	225.880
Variação cambial	(30.811)	(118.637)	41.435	27.771
Derivativos	46.431	157.037	(34.604)	(32.244)
Resultado financeiro, líquido	20 (55.430)	(142.985)	(57.266)	(139.882)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	246.361	691.176	317.897	715.127
Corrente	(82.150)	(52.621)	(73.261)	(83.247)
Diferido	23.280	(157.964)	(36.709)	(173.978)
Intangível	15 (58.870)	(210.585)	(109.970)	(257.225)
Resultado líquido do período	187.491	480.591	207.927	457.902
Resultado por ação atribuído aos acionistas da Companhia, expressos em Reais por ação	18			
Resultado básico por ação:				
Ordinárias	1,39008	3,56315	1,54159	3,39493
Preferenciais	1,52908	3,91946	1,69575	3,73442
Resultado diluído por ação:				
Ordinárias	1,38792	3,5587	1,54094	3,39407
Preferenciais	1,52671	3,91457	1,69503	3,73347

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Demonstrações de resultados abrangentes

Em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Resultado líquido do período	<u>187.491</u>	<u>480.591</u>	<u>207.927</u>	<u>457.902</u>
Resultado abrangente total do período	<u><u>187.491</u></u>	<u><u>480.591</u></u>	<u><u>207.927</u></u>	<u><u>457.902</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Reserva de capital					Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Incentivos fiscais	Para futura capitalização	Reserva especial de ágio	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados		Ajuste de avaliação patrimonial
Saldo em 1º de janeiro de 2017	1.312.376	1.201	168.828	225.104	-	6.052	235.026	755.874	-	(113.712)	2.590.749
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	457.902	-	457.902
Outros resultados abrangentes:											
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(175)	-	175	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes do período	-	-	-	-	-	(175)	-	175	457.902	-	457.902
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(329.861)	-	-	(329.861)
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	-	-	620	-	-	-	-	-	620
Aumento de capital	168.828	-	(168.828)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de contribuições e distribuições de e para os acionistas	168.828	-	(168.828)	-	620	-	-	(329.861)	-	-	(329.241)
Intangível	1.481.204	1.201	-	225.104	620	5.877	235.026	426.188	457.902	(113.712)	2.719.410
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.481.204	1.201	168.828	56.276	856	5.838	267.043	165.134	-	(129.297)	2.017.083
Adoção inicial a norma CPC 48 / IFRS 9	-	-	-	-	-	-	-	(6.360)	-	-	(6.360)
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1.481.204	1.201	168.828	56.276	856	5.838	267.043	158.774	-	(129.297)	2.010.723
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	480.591	-	480.591
Outros resultados abrangentes:											
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(76)	-	76	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes do período	-	-	-	-	-	(76)	-	76	480.591	-	480.591
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	1.144	-	-	-	-	-	1.144
Aumento de capital	168.828	-	(168.828)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de contribuições e distribuições de e para os acionistas	168.828	-	(168.828)	-	1.144	-	-	-	-	-	1.144
Saldo em 30 de setembro de 2018	1.650.032	1.201	-	56.276	2.000	5.762	267.043	158.850	480.591	(129.297)	2.492.458

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Nota	30/09/2018	30/09/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>691.176</u>	<u>715.127</u>
Ajustes para:			
Amortizações	11	259.044	288.368
Perda apurada nas baixas de ativo intangível		8.771	34.963
Provisão de participação nos resultados		36.923	22.210
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		225.914	280.019
Provisões para demandas judiciais		4.221	(4.499)
Instrumentos financeiros derivativos		13.274	11.374
Opções outorgadas reconhecidas	23	1.144	620
Outros		<u>(10.968)</u>	<u>3.923</u>
		1.229.499	1.352.105
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(160.061)	(121.710)
Estoques		8.424	17.544
Fornecedores		336.734	121.395
Outros tributos, líquidos		(43.382)	(17.486)
Ordenados e salários a pagar		(37.503)	(31.414)
Outros ativos e passivos, líquidos		<u>(19.814)</u>	<u>(72.532)</u>
		84.398	(104.203)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		1.313.897	1.247.902
Intangível			
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Adições ao intangível		(382.025)	(244.530)
Títulos e valores mobiliários		(590.188)	(94.572)
Caixa recebido na venda de outros ativos permanentes		<u>1.123</u>	<u>1.097</u>
		(971.090)	(338.005)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	12	482.449	48.271
Amortizações de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12	(1.134.799)	(388.158)
Pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12	(93.709)	(118.501)
Instrumentos financeiros derivativos		169.165	2.784
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		<u>(169.176)</u>	<u>(421.568)</u>
		(746.070)	(877.172)
(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(403.263)	32.725
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		<u>1.727.521</u>	<u>2.108.336</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>1.324.258</u>	<u>2.141.061</u>
Informação complementar:			
Imposto de renda e contribuição social pagos		55.158	20.207

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Demonstrações do valor adicionado

Em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Nota	30/09/2018	30/09/2017
Receitas			
Receitas de vendas de gás		6.043.938	4.893.154
Outras receitas operacionais		56.594	55.083
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa		(13.274)	(11.374)
Receita de construção		292.451	239.110
Outras despesas		(10.508)	(21.523)
		6.369.201	5.154.450
Custos e despesas			
Custo do gás e transportes		(4.155.173)	(2.877.918)
Instrumentos financeiros derivativos		(22.839)	(18.204)
Custo de construção		(292.451)	(239.110)
Materiais, serviços e outras despesas		(152.216)	(152.543)
		(4.622.679)	(3.287.775)
Valor adicionado bruto		1.746.522	1.866.675
Retenções			
Amortizações	11	(259.044)	(288.368)
		(259.044)	(288.368)
Valor adicionado líquido gerado		1.487.478	1.578.307
Valor adicionado recebido em transferência			
Intangível		140.667	208.603
		140.667	208.603
Valor adicionado a distribuir		1.628.145	1.786.910
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
		125.588	116.797
Remuneração direta		90.839	76.672
Benefícios		24.175	26.927
FGTS		10.574	9.040
Outros		-	4.158
Impostos, taxas e contribuições			
		728.204	852.352
Federais		406.107	463.839
Estaduais		305.783	371.418
Municipais		16.314	17.095
Despesas financeiras e aluguéis			
		293.762	359.859
Juros		230.508	302.319
Aluguéis		10.236	12.029
Outros		53.018	45.511
Remuneração de capitais próprios			
		480.591	457.902
Lucros retidos		480.591	457.902
		1.628.145	1.786.910

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Contexto Operacional

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo ("B3").

A Companhia é controlada diretamente pela Cosan S.A. Indústria e Comércio, com a participação de 80,12%.

O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) (antiga Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE)).

O Contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por 20 anos mediante requerimento da concessionária e aprovação subsequente do poder concedente.

A ARSESP é responsável por garantir a execução do contrato e por regular, controlar e monitorar as operações de energia no Estado de São Paulo.

O contrato de concessão supracitado descreve as obrigações da Companhia, as regras para os procedimentos de revisão tarifária quinquenal e os indicadores de qualidade e de segurança que a Companhia deve cumprir.

A Portaria ARSESP nº 160/01, que regula as condições gerais de fornecimento de gás canalizado, recentemente foi objeto de aperfeiçoamento, mediante processo de Audiência Pública, AP 03/2016, resultando na Deliberação ARSESP 732/2017, buscando modernizar a relação da concessionária com seu mercado em diversos aspectos da prestação de serviços.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Excepcionalmente, a regulação permite reajustar o custo de gás em período inferior a um ano, desde que determinados critérios sejam atingidos, em função da diferença entre o custo de gás contido na tarifa e aquele pago pela concessionária ao seu fornecedor (Deliberação ARSESP 308/2012). Além disso, quinquenalmente, através do processo de Revisão Tarifária, as margens tarifárias são realinhadas ao requerimento de ingressos, autorizados pelo agente regulador, em função de projeções de custos e volumes para o quinquênio vindouro.

2 Base de apresentação

2.1 Declaração de conformidade

Estas informações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma e, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com as normas internacionais IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e devem ser lidas em conjunto.

As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas com comparação a 31 de dezembro de 2017 não foram apresentadas integralmente nestas informações trimestrais.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi aprovada pelo Conselho de Administração em 06 de novembro de 2018.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias.

3.1 Mudança em política contábil significativa

a. CPC 48/ IFRS 9- Instrumentos financeiros

O CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros substitui o CPC 38/ IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: (i) classificação e mensuração; (ii) *impairment*; e (iii) *hedge accounting*.

Com exceção da classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia aplicou o CPC 48/ IFRS 9 prospectivamente com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2018.

O efeito da adoção do CPC 48/ IFRS 9 é o seguinte:

- Impacto nos balanços patrimoniais (aumento/(redução)) em 1º de janeiro de 2018:

Ativo	
Contas a receber de clientes	(9.637)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.277
Patrimônio líquido	
Retenção de lucros	6.360

a. *Classificação e mensuração*

Exceto por certos recebíveis comerciais, de acordo com o CPC 48/ IFRS 9, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação.

De acordo com o CPC 48/ IFRS 9, os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio de resultado (VJR), custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam “apenas pagamentos de principal e juros” sobre o montante de capital em dívida.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

A avaliação dos modelos de negócio da Companhia foi efetuada a partir da data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2018 e posteriormente aplicada retrospectivamente aos ativos financeiros que não foram desconhecidos antes de 1 de janeiro de 2018. A avaliação de se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos de dívida são unicamente compostos de principal e juros foram feitas com base nos fatos e circunstâncias como no reconhecimento inicial dos ativos.

A contabilização dos passivos financeiros da Companhia permanece basicamente a mesma do CPC 38/ IAS 39. Semelhante aos requisitos do CPC 38/ IAS 39, o CPC 48/ IFRS 9 exige que contraprestações contingentes sejam tratados como instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, com as variações no valor justo reconhecidas no resultado.

b. *Impairment*

A adoção do CPC 48/ IFRS 9 alterou fundamentalmente a contabilização da Companhia para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, substituindo a abordagem de perda incorrida do CPC 38/ IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

A Companhia reconhece uma provisão para perda de crédito esperada para seu contas a receber. É aplicada a abordagem simplificada da norma e calculada as perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A adoção dos requisitos de perda de crédito esperada do CPC 48/ IFRS 9 resultou em aumento nas provisões para perdas da Companhia no montante de R\$ 9.637. O aumento na provisão resultou em ajuste aos lucros acumulados no montante de R\$ 6.360.

A redução ao valor recuperável, enquadra-se entre as isenções do princípio geral de aplicação desta norma para períodos comparativos. A Companhia utilizou o modelo de transição sem reapresentação de saldo comparativo, reconhecendo os impactos da adoção da norma nas reservas de lucros.

c. Hedge accounting

A Companhia aplicou o *hedge accounting* prospectivamente. Na data da aplicação inicial, todas as relações de cobertura existentes da Companhia eram elegíveis para serem tratadas como relações de cobertura contínua. Consistente com períodos anteriores, a Companhia continuou a designar a mudança no valor justo de todo o contrato a termo nas relações de *hedge* de fluxo de caixa da Companhia e, como tal, a adoção dos requisitos de contabilização de *hedge* do CPC 48/ IFRS 9 não teve impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

De acordo com o CPC 38/ IAS 39, todos os ganhos e perdas decorrentes das relações de *hedge* de fluxo de caixa da Companhia eram elegíveis a serem posteriormente reclassificados para o resultado. No entanto, de acordo com o CPC 48/ IFRS 9, os ganhos e perdas resultantes de *hedge* de fluxo de caixa das compras previstas de ativos não financeiros precisam ser incorporados aos valores contábeis iniciais dos ativos não financeiros. Portanto, após a adoção do CPC 48/ IFRS 9, o ganho ou perda líquida de *hedge* de fluxo de caixa foi apresentado em “Outros resultados abrangentes não sendo reclassificado para resultado”. Esta alteração aplica-se apenas prospectivamente a partir da data de aplicação inicial do CPC 48/ IFRS 9 e não tem impacto na apresentação de valores comparativos.

b. CPC 47/ IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

A Companhia registra todas as vendas de serviços somente quando um contrato de venda firme está em vigor, à entrega ocorreu ou os serviços foram prestados e a cobrança do preço de venda fixo ou determinável está razoavelmente assegurada.

A Companhia não tem nenhum contrato em que o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos para o cliente e o pagamento pelo cliente exceda um ano, não ajustando nenhum dos preços das transações pelo valor do dinheiro no tempo. Dessa forma, não foram identificados efeitos da adoção do CPC 47/ IFRS 15 que afetassem essas demonstrações financeiras intermediárias.

3.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (correspondente ao IFRS-16 - Leasing)

Esta norma altera o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Ela exige que os arrendatários registrem todos os arrendamentos no balanço patrimonial com isenções disponíveis para arrendamentos de baixo valor e curto prazo.

A Companhia arrenda diversas propriedades, equipamentos e carros. Os contratos de aluguel são normalmente feitos por períodos fixos, mas podem ter opções de extensão conforme descrito abaixo. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contêm uma ampla variedade de termos e condições diferentes. Os contratos de arrendamento não impõem nenhuma obrigação, mas os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Os arrendamentos serão reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação será alocado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro será reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso será depreciado durante a vida útil mais curta do ativo e o prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil serão inicialmente mensurados com base no valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de aluguel:

- (i) pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- (ii) pagamento de aluguel variável que é baseado em um índice ou uma taxa;
- (iii) montantes esperados a pagar pelo locatário sob garantias de valor residual;
- (iv) o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o arrendatário exerça essa opção, e
- (v) pagamentos de multas pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir que o arrendatário que exerce essa opção.

Os pagamentos da locação serão descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada, ou a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os ativos de direito de uso serão mensurados ao custo, incluindo:

- (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (ii) quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes ou na data de início, menos quaisquer incentivos recebidos;
- (iii) quaisquer custos diretos iniciais e;
- (iv) custos de restauração.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor continuarão a ser reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de locação de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor compreendem equipamentos de informática e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários arrendamentos de propriedades e equipamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos. A maioria das opções de prorrogação e rescisões exercidas é exercível somente pela Companhia e não pelo respectivo arrendador.

Para otimizar os custos de arrendamento durante o período do contrato a Companhia algumas vezes fornece garantias de valor residual em relação aos arrendamentos de equipamentos.

A Companhia adotará o CPC 06 (R2) / IFRS 16 usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, a informação comparativa não será atualizada e continuará a ser relatada sob a IAS 17 e IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis de acordo com o IAS 17 e IFRIC 4 serão divulgados separadamente se forem diferentes daquelas sob o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incertezas que afetam a aplicação da IAS 12 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos a juros e penalidades associados a impostos incertos.

A Companhia registra declarações de imposto de renda federal no Brasil, estando sujeita a exame pelas autoridades fiscais, referentes aos últimos cinco exercícios. A Companhia possui fiscalizações em andamento em vários estágios de conclusão, das quais podem estar concluídas dentro do próximo exercício. Os resultados das fiscalizações e o momento das liquidações estão sujeitas a incertezas significativas atualmente.

As incertezas não reconhecidas descritas acima serão incluídos nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, na medida em que a Companhia for capaz de fazer estimativas confiáveis das liquidações com as respectivas autoridades fiscais.

CPC 11/ IFRS 17 - Contratos de Seguros

Esta norma introduz um novo modelo para contabilização de contratos de seguro. O CPC 11/ IFRS 17 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, com valores comparativos exigidos. Com base em trabalhos preliminares, estimamos que o impacto será irrelevante. Estamos no processo de revisar nossos acordos existentes para determinar o impacto na adoção.

Nenhum outro novo pronunciamento contábil emitido ou em vigor durante o exercício fiscal teve ou deverá ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.3 Fluxo de caixa

(i) Transações que não envolvem caixa

Durante o período findo em 30 de setembro, a Companhia realizou a seguinte transação que não envolveu o caixa:

- (i) Aumento de capital de R\$ 168.828 por meio da utilização da reserva de capital sem utilização de caixa.

(ii) Classificação de juros

- (i) Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois considera que referem-se aos custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A agência reguladora "ARSESP" determina as tarifas pelos diversos segmentos de negócio. A Companhia não efetua análises de ativos por segmento para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa, representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da Companhia não pode ser segregada por segmento, pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de segmentos diferentes.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria-executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

Dada a natureza esporádica e a baixa representatividade das quantidades retiradas por usuários livres, em volumes acima daqueles contratados, estes volumes são divulgados nas demonstrações financeiras intermediárias como "Outras receitas".

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2018

A composição da margem por segmento é a seguinte:

Margem por segmento - 1º de julho de 2018 a 30 de setembro de 2018								
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (não revisado)	81.672	42.307	939.661	86.246	59.255	-	-	1.209.140
Receita bruta	385.139	140.237	1.606.488	108.703	89.074	106.781	23.766	2.460.188
Deduções	(93.378)	(33.898)	(387.366)	(20.216)	(21.600)	-	(2.746)	(559.204)
Receita líquida	291.761	106.339	1.219.122	88.487	67.474	106.781	21.020	1.900.984
Ativo (passivo) regulatório	11.157	5.753	130.412	8.919	7.924	-	(6.181)	157.984
Custo	(85.976)	(44.506)	(993.300)	(78.655)	(62.682)	(106.781)	(5.388)	(1.377.288)
Resultado bruto econômico	<u>216.942</u>	<u>67.586</u>	<u>356.234</u>	<u>18.751</u>	<u>12.716</u>	<u>-</u>	<u>9.451</u>	<u>681.680</u>
Reversão do ativo (passivo) regulatório								(157.984)
Resultado bruto contábil								<u>523.696</u>
Despesas com vendas								(38.463)
Despesas gerais e administrativas								(175.626)
Outras despesas operacionais, líquidas								<u>(7.816)</u>
Despesas operacionais								(221.905)
Despesas financeiras								(126.510)
Receitas financeiras								55.460
Variação cambial								(30.811)
Derivativos								<u>46.431</u>
Resultado financeiro, líquido								(55.430)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social								<u>246.361</u>
Imposto de renda e contribuição social								<u>(58.870)</u>
Lucro líquido do período								<u>187.491</u>
Reconciliação LAJIDA								
Lucro líquido do período								187.491
Imposto de renda e contribuição social								58.870
Resultado financeiro, líquido								55.430
Amortizações								85.954
Outras amortizações								<u>(140)</u>
LAJIDA								<u>387.605</u>

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2018

Margem por segmento - 1º de julho de 2018 a 30 de setembro de 2018

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (não auditado)	207.128	116.241	2.670.332	236.063	162.124	-	-	3.391.888
Receita bruta	951.166	367.462	4.188.171	269.503	245.049	292.451	56.595	6.370.397
Deduções	(230.379)	(88.838)	(1.009.631)	(50.491)	(59.424)	-	(6.971)	(1.445.734)
Receita líquida	720.787	278.624	3.178.540	219.012	185.625	292.451	49.624	4.924.663
Ativo (passivo) regulatório	26.551	14.952	334.449	21.344	1.454	-	(17.793)	380.957
Custo	(197.035)	(109.365)	(2.507.108)	(189.280)	(153.371)	(292.451)	(11.477)	(3.460.087)
Resultado bruto econômico	550.303	184.211	1.005.881	51.076	33.708	-	20.354	1.845.533
Reversão do ativo (passivo) regulatório								(380.957)
Resultado bruto contábil								1.464.576
Despesas com vendas								(110.025)
Despesas gerais e administrativas								(508.257)
Outras despesas operacionais, líquidas								(12.133)
Despesas operacionais								(630.415)
Despesas financeiras								(335.828)
Receitas financeiras								154.443
Variação cambial								(118.637)
Derivativos								157.037
Resultado financeiro, líquido								(142.985)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social								691.176
Imposto de renda e contribuição social								(210.585)
Lucro líquido do período								480.591
Reconciliação LAJIDA								
Lucro líquido do período								480.591
Imposto de renda e contribuição social								210.585
Resultado financeiro, líquido								142.985
Amortizações								259.044
Outras amortizações								(417)
LAJIDA								1.092.788

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2018

Segmentos	Margem por segmento - 1º de julho de 2017 a 30 de setembro de 2017							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	
Volumes m³ mil (não revisado)	76.568	37.397	876.508	73.910	50.020	-	205	1.114.608
Receita bruta	337.737	113.742	1.265.802	72.546	75.992	95.996	21.327	1.983.142
Deduções	(81.882)	(27.434)	(304.642)	(12.959)	(18.369)	-	(2.774)	(448.060)
Receita líquida	255.855	86.308	961.160	59.587	57.623	95.996	18.553	1.535.082
Ativo (passivo) regulatório	2.104	1.000	22.812	1.772	(9.907)	-	(4.118)	13.663
Custo	(57.688)	(28.172)	(656.703)	(46.016)	(37.683)	(95.996)	(13.692)	(935.950)
Resultado bruto econômico	200.271	59.136	327.269	15.343	10.033	-	743	612.795
Reversão do ativo (passivo) regulatório								(13.663)
Resultado bruto contábil								599.132
Despesas com vendas								(35.155)
Despesas gerais e administrativas								(177.180)
Outras despesas operacionais, líquidas								(11.634)
Despesas operacionais								(223.969)
Despesas financeiras								(128.686)
Receitas financeiras								64.589
Variação cambial								41.435
Derivativos								(34.604)
Resultado financeiro, líquido								(57.266)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social								317.897
Imposto de renda e contribuição social								(109.970)
Lucro líquido do período								207.927
Reconciliação LAJIDA								
Lucro líquido do período								207.927
Imposto de renda e contribuição social								109.970
Resultado financeiro, líquido								57.266
Amortizações								88.231
Outras amortizações								(140)
LAJIDA								463.254

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2018

Segmentos	<u>Margem por segmento - 1º de julho de 2017 a 30 de setembro de 2017</u>							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	
Volumes m³ mil (não revisado)	194.921	106.296	2.543.038	210.232	148.174	-	1.507	3.204.168
Receita bruta	831.308	303.936	3.335.332	189.817	213.288	239.110	56.176	5.168.967
Deduções	(195.550)	(70.644)	(772.971)	(31.753)	(49.676)	-	(7.359)	(1.127.953)
Receita líquida	635.758	233.292	2.562.361	158.064	163.612	239.110	48.817	4.041.014
Ativo (passivo) regulatório	13.845	7.798	185.354	9.897	(28.156)	-	(10.686)	178.052
Custo	(140.817)	(76.197)	(1.816.566)	(125.153)	(105.999)	(239.110)	(19.039)	(2.522.881)
Resultado bruto econômico	508.786	164.893	931.149	42.808	29.457	-	19.092	1.696.185
Reversão do ativo (passivo) regulatório								(178.052)
Resultado bruto contábil								1.518.133
Despesas com vendas								(103.484)
Despesas gerais e administrativas								(538.117)
Outras despesas operacionais, líquidas								(21.523)
Despesas operacionais								(663.124)
Despesas financeiras								(361.289)
Receitas financeiras								225.880
Variação cambial								27.771
Derivativos								(32.244)
Resultado financeiro, líquido								(139.882)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social								715.127
Imposto de renda e contribuição social								(257.225)
Lucro líquido do período								457.902
Reconciliação LAJIDA								
Lucro líquido do período								457.902
Imposto de renda e contribuição social								257.225
Resultado financeiro, líquido								139.882
Amortizações								288.368
Outras amortizações								(417)
LAJIDA								1.142.960

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	49.077	30.618
Aplicações financeiras	<u>1.275.181</u>	<u>1.696.903</u>
	<u>1.324.258</u>	<u>1.727.521</u>

As aplicações financeiras estão demonstradas conforme abaixo:

	30/09/2018	31/12/2017
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas	908.278	1.071.636
Certificado de depósitos bancários - CDBs	<u>-</u>	<u>274.461</u>
	<u>908.278</u>	<u>1.346.097</u>
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDBs	<u>366.903</u>	<u>350.806</u>
	<u>366.903</u>	<u>350.806</u>
Total das aplicações financeiras	<u>1.275.181</u>	<u>1.696.903</u>

6 Títulos e valores mobiliários

	30/09/2018	31/12/2017
Títulos públicos	<u>1.106.780</u>	<u>509.544</u>
	<u>1.106.780</u>	<u>509.544</u>

As aplicações em títulos Públicos são realizadas através de fundos de investimentos. Esses títulos possuem remuneração atreladas a Selic e vencimento entre um e sete anos, quando solicitado resgate das cotas para conversão em caixa por parte da Companhia o gestor do fundo pode negociá-los em mercado secundário ativo e com alta liquidez.

7 Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é a seguinte:

	30/09/2018	31/12/2017
Contas de gás a receber	375.864	352.844
Devedores por venda de equipamentos	7.803	9.466
Financiamentos programa de marketing	<u>29.660</u>	<u>29.438</u>
	<u>413.327</u>	<u>391.748</u>
Ajuste a valor presente	(1.967)	(2.184)
Receita não faturada (i)	486.648	349.026
Outros	12.056	14.735
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	<u>(109.789)</u>	<u>(112.643)</u>
	<u>800.275</u>	<u>640.682</u>
Circulante	<u>775.641</u>	<u>611.976</u>
Não circulante	<u>24.634</u>	<u>28.706</u>

(i) A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento aos clientes ainda não foram efetuados.

As contas a receber de clientes estão reconhecidas pelo custo amortizado e se equivalem ao valor justo.

8 Outros tributos a recuperar

	30/09/2018	31/12/2017
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS)	89.313	67.797
Programa Integração Social (PIS)	1.715	3.511
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	2.748	16.174
Outros	729	725
	<u>94.505</u>	<u>88.207</u>
Circulante	<u>83.450</u>	<u>77.109</u>
Não circulante	<u>11.055</u>	<u>11.098</u>

9 Partes relacionadas

a. Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas

	30/09/2018	31/12/2017
Ativo circulante		
Operações comerciais		
Raízen Combustíveis S.A. (i)	1.349	1.039
	<u>1.349</u>	<u>1.039</u>
Passivo circulante		
Operações societárias / contratuais		
Raízen Energia S.A. (iii)	8.698	8.370
	<u>8.698</u>	<u>8.370</u>

b. Resumo das transações com partes relacionadas

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receita Operacional				
Raízen Combustíveis S.A. (i)	3.857	10.882	3.032	8.998
Elevações Portuárias S.A. (ii)	234	361	-	-
	<u>4.091</u>	<u>11.243</u>	<u>3.032</u>	<u>8.998</u>
Receita (despesa)				
Raízen Energia S.A. (iii)	(10.646)	(29.768)	(9.768)	(28.836)
	<u>(10.646)</u>	<u>(29.768)</u>	<u>(9.768)</u>	<u>(28.836)</u>

(i) **Raízen Combustíveis S.A.**

Saldos a receber referente a fornecimento de gás para postos de combustíveis.

(ii) **Elevações Portuárias S.A.**

Saldos registrados referente a fornecimento de gás.

(iii) **Raízen Energia S.A. (RESA)**

Os saldos registrados representam serviços compartilhados executados pela RESA de responsabilidade da Companhia.

c. Remuneração de administradores e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, nos períodos estão apresentadas a seguir:

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Benefícios de curto prazo	10.666	20.409	4.143	11.629
Benefícios pós-emprego	79	87	63	190
Outros benefícios de longo prazo	442	512	358	630
Remuneração baseada em ações	<u>207</u>	<u>619</u>	<u>620</u>	<u>620</u>
	<u>11.394</u>	<u>21.627</u>	<u>5.184</u>	<u>13.069</u>

10 Transporte não utilizado

	30/09/2018	31/12/2017
Transporte não utilizado	<u>280.372</u>	<u>291.290</u>

A recuperação dos saldos referente ao "Transporte não utilizado", dar-se-á à medida em que se utilize o transporte acima do percentual estipulado nos contratos.

11 Intangível

	Intangível				Total
	Contrato de concessão	Fidelização de clientes	Software e desenvolvimentos	Intangível em andamento	
Custo					
31 de dezembro de 2017	6.149.529	1.130.277	292.193	201.528	7.773.527
Adições	-	-	-	380.920	380.920
Baixas	(59.771)	(5.444)	-	-	(65.215)
Transferências	<u>284.603</u>	<u>26.227</u>	<u>25.394</u>	<u>(336.224)</u>	<u>-</u>
30 de setembro de 2018	6.374.361	1.151.060	317.587	246.224	8.089.232
Amortização					
31 de dezembro de 2017	(1.926.778)	(976.490)	(229.384)	-	(3.132.652)
Adições	(179.603)	(62.327)	(17.114)	-	(259.044)
Baixas	47.453	3.693	-	-	51.146
Transferências	<u>(360)</u>	<u>360</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
30 de setembro de 2018	(2.059.288)	(1.034.764)	(246.498)	-	(3.340.550)
31 de dezembro de 2017	<u>4.222.751</u>	<u>153.787</u>	<u>62.809</u>	<u>201.528</u>	<u>4.640.875</u>
30 de setembro de 2018	<u>4.315.073</u>	<u>116.296</u>	<u>71.089</u>	<u>246.224</u>	<u>4.748.682</u>

Os valores reconhecidos no "Intangível", acima demonstrados, representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização.

Juros sobre intangível em andamento

Durante o período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 7.002 (R\$ 7.268 em 30 de setembro de 2017) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos. A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de intangível em andamento, foi de 8,05% a.a para o trimestre findo em 30 de setembro de 2018 (9,02% a.a para o trimestre findo em 30 de setembro de 2017).

Redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis de vida útil definida que estão sujeitos a amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o período.

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Indexador	Encargos financeiros		Vencimento	
		Taxa anual de juros			
			30/09/2018	31/12/2017	
Empréstimos e financiamentos					
BNDES - Projeto VI	TJ462 + 1,80%	9,41%	358.932	485.807	out-20
BNDES - Projeto VI	SELIC + 1,80%	8,32%	170.713	221.222	out-20
BNDES - Projeto VI	TJLP	6,59%	258	1.243	out-18
BNDES - Projeto VII	TJLP + 2,00%	8,60%	113.661	119.330	jun-23
BNDES - Projeto VII	SELIC + 1,96%	8,49%	66.377	66.794	jun-23
EIB	USD + 3,88%	3,88%	125.414	127.190	jun-20
	USD + 2,94%	2,94%	58.613	70.611	set-20
	SD + LIBOR6M + 0,48%	3,03%	145.490	138.778	mai-21
	SD + LIBOR6M + 0,55%	3,18%	136.620	149.386	set-21
Resolução nº 4.131	USD + 2,36%	2,36%	-	249.916	mar-18
	USD + 2,46%	2,46%	-	165.847	fev-18
	USD + 3,67%	3,67%	301.175	-	mai-23
Total dos empréstimos e financiamentos			1.477.253	1.796.124	
Debêntures					
3ª emissão - 1ª série	CDI + 0,90%	7,35%	42.689	87.467	set-19
3ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,10%	9,40%	-	363.894	set-18
3ª emissão - 3ª série	IPCA + 5,57%	10,11%	199.195	197.923	set-20
4ª emissão - 1ª série	IPCA + 7,14%	11,75%	320.132	293.312	dez-20
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	12,10%	288.493	263.701	dez-22
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	11,98%	95.017	86.927	dez-25
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	10,42%	751.968	726.826	dez-23
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	8,82%	424.546	396.330	out-24
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	16,38%	229.680	-	mai-28
Total das debêntures			2.351.720	2.416.380	
Total			3.828.973	4.212.504	
Circulante			637.624	1.264.352	
Não circulante			3.191.349	2.948.152	

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	30/09/2018	31/12/2017
Reais (R\$)	3.061.661	3.310.776
Dólar (U.S.\$) (i)	767.312	901.728
	3.828.973	4.212.504

(i) Em 30 de setembro de 2018, todas as dívidas datadas denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção de risco cambial por meio de derivativos Nota (21).

A composição da dívida da Companhia é 87,33% pós-fixada e 12,67% pré-fixada (2017 - 85,43% pós-fixada e 14,57% pré-fixada).

Debêntures não conversíveis

Em 08 de maio de 2018 foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração a realização de oferta pública da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, de 215.000 (duzentas e quinze mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na data da emissão, perfazendo o montante total de R\$ 215.000.000,00 (duzentos e quinze milhões de reais), a ser realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 476. Em 23 de maio de 2018 foi comunicado o encerramento referente à realização da oferta pública da 7ª (sétima) emissão de debêntures da Companhia. As Debêntures da 7ª emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 6,10% + IGPM e possui vencimento em 2028.

Em 17 de setembro de 2018, a Companhia realizou pagamento de Juros e Principal referentes à 3ª Emissão de Debêntures. As Debêntures da 2ª série da 3ª emissão (GASP23) deixaram de ser negociadas em razão de seu vencimento.

Resolução nº 4.131

Em 08 de maio de 2018 foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração a assinatura do contrato de financiamento nos termos da Lei nº 4.131/1962 entre a Companhia e The Bank of Nova Scotia. A operação, no valor de US\$ 75 milhões, tem prazo total de 5 anos e juros pré-fixados de 3,67% ao ano.

Cláusulas restritivas (covenants)

Durante o período não houve descumprimentos ou violações dos acordos contratuais junto aos credores.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia está adimplente com todos os índices financeiros (*financial covenants*).

	30/09/2018	31/12/2017
Dívida líquida	1.025.471	1.516.963
LAJIDA (*)	1.467.752	1.517.924
(=) Dívida líquida/LAJIDA	0,70	1,00
(*) últimos doze meses		
	30/09/2018	31/12/2017
Endividamento de curto prazo	516.999	1.053.264
Endividamento total	3.456.509	3.754.028
(=) Endividamento de curto prazo/ Endividamento total	0,15	0,28

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.212.504
Captações	482.449
Amortizações de principal	(1.134.799)
Pagamentos de juros	(93.709)
Juros, variações monetárias e cambiais	<u>362.528</u>
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>3.828.973</u>

13 Compromissos

Ativo (passivo) regulatório

	30/09/2018	31/12/2017
Custo de gás a recuperar / (repassar)	219.325	(174.090)
Créditos de tributos a recuperar / (repassar)	(60.817)	(48.549)
Ajuste a valor presente sobre tributos	<u>1.999</u>	<u>1.742</u>
<i>Saldo</i>	<u>160.507</u>	<u>(220.897)</u>
<i>Efeito no resultado do período</i>		
Resultado não reconhecido antes IR/CS	<u>381.404</u>	<u>193.114</u>
Ativo (passivo) regulatório	393.225	243.722
Ativo (passivo) regulatório - tributos	<u>(12.268)</u>	<u>(12.222)</u>
	380.957	231.500
Atualização	190	(26.270)
Ajuste a valor presente (AVP) s/créditos de tributos	257	151
Créditos extemporâneos	<u>-</u>	<u>(12.267)</u>
	<u>381.404</u>	<u>193.114</u>

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também IFRS, uma vez que o respectivo saldo não é registrado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de consumo futuro por parte de diferentes consumidores da Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras aqui apresentadas.

14 Fornecedores

	30/09/2018	31/12/2017
Fornecedores de gás/transporte	1.893.094	1.563.930
Fornecedores de materiais e serviços	146.732	175.881
Depósitos judiciais sobre fornecimento de gás (i)	<u>(294.976)</u>	<u>(294.976)</u>
	<u>1.744.850</u>	<u>1.444.835</u>

- (i) A Companhia possui uma ação contra um fornecedor de gás referente à diferença de preços, para a qual mantém o valor garantido em depósito judicial de R\$ 294.976 e por meio de fiança de R\$ 876.490 (R\$ 859.627 em 31 de dezembro de 2017).

15 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Resultado antes do Imposto de renda e contribuição social	246.361	691.176	317.897	715.127
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(83.763)	(235.000)	(108.085)	(243.144)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>				
Diferenças permanentes	5.952	2.711	(3.204)	(11.958)
Efeito tributário na adesão ao PERT MP 783/17	-	-	(4.438)	(4.438)
Incentivos fiscais	5.875	46	5.284	1.469
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	12.968	13.948	467	1.365
Outros	98	7.710	6	(519)
Despesa com imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(58.870)	(210.585)	(109.970)	(257.225)
Taxa efetiva	23,90%	30,47%	34,59%	35,97%

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/09/2018	31/12/2017
Diferenças ativas		
Provisão para demandas judiciais	35.595	33.863
Ágio na incorporação	-	56.276
Obrigação de benefício pós-emprego (i)	153.706	149.881
Conta corrente regulatória	61.027	65.318
Transações com pagamento baseado em ações	680	291
Diferenças temporárias sobre provisões diversas e outras obrigações	13.220	21.620
Perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	9.001	7.388
Resultado não realizado com derivativos (ii)	-	1.513
Disputas contratuais	88.552	86.482
Outros	1.122	1.252
Tributos diferidos ativos	362.903	423.884
Diferenças passivas		
Revisão de vida útil dos ativos intangíveis	(291.609)	(312.113)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos (ii)	-	(6.138)
Intangível - contrato de concessão	(7.229)	(8.681)
Resultado não realizado com derivativos (ii)	(118.999)	-
Outros	(8.602)	(5.800)
Tributos diferidos passivos	(426.439)	(332.732)
Total dos tributos diferidos	(63.536)	91.152

- (i) O crédito relacionado à provisão de plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 25 a 30 anos.
- (ii) A Companhia optou pelo regime de tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos por competência para o exercício de 2018, portanto os impostos diferidos sobre ganhos de resultado não realizado com derivativos, passaram a apresentar o saldo passivo fiscal diferido. Anteriormente eram compensados com as perdas da variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

c. Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>91.152</u>
Resultado do período	(157.964)
Adoção inicial CPC48/ IFRS 9	<u>3.276</u>
Saldo em 30 de setembro de 2018	(63.536)

16 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

	Demandas judiciais		Depósitos judiciais	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Tributárias	8.270	16.840	20.823	23.640
Cíveis, ambientais e regulatórias	41.375	30.381	20.196	16.620
Trabalhistas	63.086	60.416	12.086	13.320
	112.731	107.637	53.105	53.580

Movimentação da provisão das demandas judiciais

	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.840	30.381	60.416	107.637
Provisionado no período	2	826	4.681	5.509
Baixas por reversão ou pagamento	(3)	(482)	(4.550)	(5.035)
Atualização monetária (i)	(1.451)	3.532	2.539	4.620
Transferências	(7.118)	7.118	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2018	8.270	41.375	63.086	112.731

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

Contingências - Demandas judiciais consideradas como de perda possível, portanto não provisionadas

	30/09/2018	31/12/2017
Tributárias	1.079.454	1.009.547
Cíveis, ambientais e regulatórias	97.331	144.241
Trabalhistas	40.111	34.239
	1.216.896	1.188.027

Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

Tributário	30/09/2018	31/12/2017
ICMS	46.174	45.332
IRPJ / CSSL	721.605	696.164
Compensação tributos federais	265.841	223.825
Outros	45.834	44.226
	1.079.454	1.009.547

17 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 1.650.033 (um bilhão, seiscentos e cinquenta milhões e trinta e três mil reais), independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará, em cada caso, as condições de emissão.

Foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2018 o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 168.828 (cento e sessenta e oito milhões e oitocentos e vinte e oito mil reais), passando de R\$ 1.481.204 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e um milhões e duzentos e quatro mil reais), em 31 de março de 2018, para R\$ 1.650.032 (um bilhão, seiscentos e cinquenta milhões e trinta e dois mil reais), mediante a capitalização da reserva especial de ágio.

O capital social está representado por 103.472.982 (cento e três milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e oitenta e dois) ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.550.269 (vinte e oito milhões, quinhentos e cinquenta mil e duzentos e sessenta e nove) ações preferenciais de classe A, e sua composição é a que segue:

	Quantidades de ações - milhares em 30/09/2018					
	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Cosan S A Indústria e Comércio	100.789	97,41	4.984	17,46	105.773	80,12
Alaska Poland FIA BDR Nível 1	-	-	6.857	24,02	6.857	5,19
Norges Bank	1	-	1.489	5,22	1.490	1,13
Utilico Emerging Markets Trust PLC	-	-	1.471	5,15	1.471	1,11
Alaska Black Master FIA BDR Nível 1	27	0,03	1.133	3,97	1.160	0,88
Outros	2.656	2,56	12.616	44,18	15.272	11,57
	103.473	100	28.550	100	132.023	100

	Quantidades de ações - milhares em 31/12/2017					
	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Cosan S A Indústria e Comércio	99.242	97,38	4.624	16,44	103.866	79,87
Alaska Poland FIA BDR Nível 1	-	-	6.467	23,00	6.467	4,97
Utilico Emerging Markets Limited	-	-	1.152	4,10	1.152	0,89
Norges Bank	1	-	1.096	3,90	1.097	0,84
Alaska Black Master FIA BDR Nível 1	27	0,03	980	3,48	1.007	0,77
Outros	2.647	2,59	13.802	49,08	16.449	12,66
	101.917	100	28.121	100	130.038	100

A movimentação da quantidade de ações no período está apresentada a seguir:

Quantidades de ações	Ordinárias	Preferenciais	Total
Em 31 de dezembro de 2017	101.917	28.121	130.038
Aumento de capital	1.556	429	1.985
Em 30 de setembro de 2018	103.473	28.550	132.023

18 Lucro por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 (em milhares, exceto valores por ação):

	01/07/2018 a	01/01/2018 a	01/07/2017 a	01/01/2017 a
	30/09/2018	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2017
Resultado básico por ação				
Numerador				
Resultado do período atribuído aos acionistas controladores	187.491	480.591	207.927	457.902
Ações ordinárias	143.835	368.689	159.513	351.283
Ações preferenciais	43.656	111.902	48.414	106.619
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.473	103.473	103.473	103.473
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.550	28.550	28.550	28.550
Resultado básico por ação				
Ação ordinária	1,39008	3,56315	1,54159	3,39493
Ação preferencial	1,52908	3,91946	1,69575	3,73442
Resultado diluído por ação				
Numerador				
Resultado do período atribuído aos acionistas controladores	187.491	480.591	207.927	457.902
Ações ordinárias	143.612	368.230	159.445	351.194
Ações preferenciais	43.879	112.361	48.482	106.708
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.473	103.473	103.473	103.473
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.741	28.703	28.602	28.581
Resultado diluído por ação				
Ação ordinária	1,38792	3,55870	1,54094	3,39407
Ação preferencial	1,52671	3,91457	1,69503	3,73347

19 Custos e despesas por natureza

	01/07/2018 a	01/01/2018 a	01/07/2017 a	01/01/2017 a
	30/09/2018	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2017
Custo do gás	(1.061.419)	(2.585.697)	(695.455)	(1.812.391)
Custo de transporte e outros	(209.088)	(581.939)	(144.499)	(471.380)
Custo de construção	(106.781)	(292.451)	(95.996)	(239.110)
Despesas com pessoal	(58.363)	(150.159)	(48.826)	(138.297)
Amortizações	(85.954)	(259.044)	(88.231)	(288.368)
Despesas com materiais/ serviços	(69.772)	(209.079)	(75.278)	(214.936)
	<u>(1.591.377)</u>	<u>(4.078.369)</u>	<u>(1.148.285)</u>	<u>(3.164.482)</u>
Custo do produto vendido	(1.377.288)	(3.460.087)	(935.950)	(2.522.881)
Despesas com vendas	(38.463)	(110.025)	(35.155)	(103.484)
Despesas gerais e administrativas	(175.626)	(508.257)	(177.180)	(538.117)
	<u>(1.591.377)</u>	<u>(4.078.369)</u>	<u>(1.148.285)</u>	<u>(3.164.482)</u>

20 Resultado financeiro

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Custo da dívida bruta				
Juros sobre dívida	(82.351)	(229.523)	(80.966)	(251.128)
Ajuste a valor justo da dívida e derivativo	2.470	(4.058)	2.875	(18.000)
Variação cambial sobre dívida	(30.811)	(118.637)	41.435	27.771
Derivativos de câmbio	30.771	120.193	(41.451)	(28.040)
Fianças e garantias sobre dívida	(6.398)	(19.887)	(7.230)	(20.902)
	(86.319)	(251.912)	(85.337)	(290.299)
Rendimentos de aplicações financeiras	40.454	104.999	52.740	171.941
	40.454	104.999	52.740	171.941
Custo da dívida, líquida	(45.865)	(146.913)	(32.597)	(118.358)
Outros encargos e variações monetárias				
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(2.481)	(6.897)	(2.874)	(10.010)
Juros sobre outras operações	8.733	30.203	5.166	32.744
Juros sobre clientes	5.855	17.603	5.792	17.370
Juros sobre depósitos judiciais	335	1.154	616	2.437
Juros sobre operações a pagar	(10.238)	(3.218)	(15.760)	(37.608)
Outras variações monetárias	(5.725)	(16.879)	(13.223)	(36.892)
Juros sobre contingências (i)	(1.880)	(5.372)	136	22.743
Despesas bancárias	(4.164)	(12.666)	(4.522)	(12.308)
	(9.565)	3.928	(24.669)	(21.524)
Resultado financeiro, líquido	(55.430)	(142.985)	(57.266)	(139.882)
Despesas financeiras	(126.510)	(335.828)	(128.686)	(361.289)
Receitas financeiras	55.460	154.443	64.589	225.880
Variação cambial	(30.811)	(118.637)	41.435	27.771
Derivativos (ii)	46.431	157.037	(34.604)	(32.244)
Resultado financeiro, líquido	(55.430)	(142.985)	(57.266)	(139.882)

- (i) Durante o período de 2017, houve a reavaliação de um processo cível para remoto com efeito na linha de juros sobre contingências.
- (ii) Contempla o resultado de derivativos de câmbio e juros.

21 Instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	30/09/2018	31/12/2017
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações em fundos de investimentos	908.278	1.346.097
Instrumentos financeiros derivativos	372.464	458.476
Títulos e valores mobiliários	1.106.780	509.544
	2.387.522	2.314.117
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	415.980	381.424
Contas a receber de clientes	800.275	640.682
Recebíveis de partes relacionadas	1.349	1.039
	1.217.604	1.023.145
Total dos ativos	3.605.126	3.337.262
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.098.318)	(2.007.058)
Fornecedores	(1.744.850)	(1.444.835)
Outros passivos financeiros	(47.828)	(51.403)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(911)	(147.235)
Parcelamento de débitos tributários	(7.164)	(7.294)
Pagáveis a partes relacionadas	(8.698)	(8.370)
	(3.907.769)	(3.666.195)
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.730.655)	(2.205.446)
	(1.730.655)	(2.205.446)
Total dos passivos	(5.638.424)	(5.871.641)

Durante o período, não houve reclassificação entre categorias, o valor justo por meio do resultado e custo amortizado apresentados acima.

Estrutura de gerenciamento de riscos financeiros

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional (i)		Valor justo	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Risco de taxa de câmbio e juros				
Trava de câmbio				
Contratos de <i>Swap</i> (juros)	843.100	1.146.948	76.276	136.257
Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio)	461.512	583.791	296.188	322.219
	1.304.612	1.730.739	372.464	458.476
Total de instrumentos contratados pela Companhia no ativo			372.464	458.476
Circulante			120.625	211.088
Não circulante			251.839	247.388

(i) Estes saldos equivalem ao valor de nocional em Dólar convertidos para R\$ pela taxa do Dólar do dia da contratação.

Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia dispunha dos seguintes principais riscos de créditos:

	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa (i)	1.324.258	1.727.521
Títulos e valores mobiliários (i)	1.106.780	509.544
Contas a receber de clientes (ii)	800.275	640.682
Instrumentos financeiros derivativos (i)	372.464	458.476
Recebíveis de partes relacionadas	1.349	1.039
	<u>3.605.126</u>	<u>3.337.262</u>

- (i) O “Caixa e equivalentes de caixa”, “títulos e valores mobiliários” e “instrumentos financeiros derivativos” são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AAA.

	30/09/2018	31/12/2017
AAA	2.434.935	86.609
AA	368.567	2.608.932
	<u>2.803.502</u>	<u>2.695.541</u>

- (ii) Em 30 de setembro de 2018 a Companhia possuía uma carteira de aproximadamente 1.879 milhão de clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência.

A Companhia não possui exposição a risco relativo a transferências de ativos financeiros no final dos períodos apresentados.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Como parte do gerenciamento de liquidez, a Administração prepara planos de negócios e monitora a sua execução, discutindo riscos positivos e negativos de fluxo de caixa e avaliando a disponibilidade de recursos financeiros para suportar suas operações, despesas de capital, o passivo financeiro e distribuição de dividendos.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os ativos financeiros derivativos em relação de hedge por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nas demonstrações financeiras intermediárias até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa nominais de pagamento considerando a apropriação de juros até a data do vencimento.

	30/09/2018				31/12/2017	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(779.378)	(713.414)	(1.510.256)	(1.947.683)	(4.950.731)	(5.318.184)
Instrumentos financeiros derivativos	94.125	77.256	(148.102)	227.327	250.606	262.466
Fornecedores	(1.744.850)	-	-	-	(1.744.850)	(1.444.835)
Outros passivos financeiros	(47.828)	-	-	-	(47.828)	(51.403)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(911)	-	-	-	(911)	(147.235)
Parcelamento de débitos tributários	(674)	(679)	(1.365)	(4.990)	(7.708)	(7.294)
Pagáveis a partes relacionadas	(8.698)	-	-	-	(8.698)	(8.370)
	<u>(2.488.214)</u>	<u>(636.837)</u>	<u>(1.659.723)</u>	<u>(1.725.346)</u>	<u>(6.510.120)</u>	<u>(6.714.855)</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

Risco de taxa de câmbio

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial no resultado em ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos:

	30/09/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	(767.312)	(901.728)
Instrumentos financeiros derivativos	<u>767.312</u>	<u>901.728</u>
Exposição cambial, líquida	<u>-</u>	<u>-</u>

A seguir está a análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes para os quais a Companhia está exposta em 30 de setembro de 2018:

A análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, projetados para 30 de setembro de 2019, a Companhia realizou simulações com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções, realizadas por consultoria especializada, da Companhia para as taxas de câmbio em 12 meses, como segue:

		<u>Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)</u>				
		<u>Cenários</u>				
	30/09/2018	Provável	-25%	-50%	25%	50%
Em 30 de setembro de 2018	4,0039	3,4300	2,5725	1,7150	4,2875	5,1450
		<u>Cenários</u>				
Exposição de taxa de câmbio	Fator de risco	Provável	-25%	-50%	25%	50%
Derivativos de taxa de juros e câmbio (*)	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(109.983)	(164.332)	(328.665)	164.332	328.665
	Aumento na taxa de câmbio R\$/US\$	<u>109.983</u>	<u>164.332</u>	<u>328.665</u>	<u>(164.332)</u>	<u>(328.665)</u>
Empréstimos e financiamentos	R\$/US\$	<u>109.983</u>	<u>164.332</u>	<u>328.665</u>	<u>(164.332)</u>	<u>(328.665)</u>
Impactos no resultado do período		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(*) para efeito de análise de sensibilidade só é considerado o câmbio.

Risco de taxa de juros

A variação dos juros nos empréstimos e financiamentos que tem taxas flutuantes é semelhante à variação nos juros recebidos na aplicação do caixa da Companhia, também flutuante, dessa forma o risco é mitigado.

A análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Exposição taxa de juros	30/09/2018				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	86.474	21.619	43.237	(21.619)	(43.237)
Títulos e valores mobiliários	72.273	18.068	36.136	(18.068)	(36.136)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(189.612)	(39.906)	(79.812)	39.906	79.812
Instrumentos financeiros derivativos	(16)	(73.932)	(149.363)	112.199	227.879
Impactos no resultado do período	(30.881)	(74.151)	(149.802)	112.418	228.318

O cenário provável considera as projeções da Companhia para as taxas de juros, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	6,75%	8,44%	10,13%	5,06%	3,38%
CDI	6,53%	8,16%	9,80%	4,90%	3,27%
TJ462	7,90%	9,63%	11,35%	6,18%	4,45%
TJLP	6,90%	8,63%	10,35%	5,18%	3,45%
IPCA	4,64%	5,80%	6,97%	3,48%	2,32%
IGPM	4,49%	5,61%	6,73%	3,37%	2,24%

A fonte externa utilizada pela Companhia para as projeções de mercado foi uma consultoria especializada.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros que são negociados num mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza uma variedade de métodos e faz suposições que são baseadas em métodos e condições amplamente utilizadas pelo mercado na data de cada balanço.

Os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, requerem divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo:

	Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
	Valor contábil		Nível 2	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Ativos				
Aplicações em fundos de investimentos	908.278	1.346.097	908.278	1.346.097
Instrumentos financeiros derivativos	372.464	458.476	372.464	458.476
Títulos e valores mobiliários	1.106.780	509.544	1.106.780	509.544
Total do ativo	2.387.522	2.314.117	2.387.522	2.314.117
Passivo				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.730.655)	(2.205.446)	(1.730.655)	(2.205.446)
Total do passivo	(1.730.655)	(2.205.446)	(1.730.655)	(2.205.446)

Hedge accounting

A Comgás mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de inflação e taxa de juros.

Hedge accounting - valor justo

Visando proteger a Companhia de possíveis flutuações das taxas de juros e inflação “IPCA” foi designado, a partir de 1º de abril de 2015, contabilização de *hedge accounting* (*hedge* de valor justo) para o contrato de empréstimos “Debêntures 3ª emissão 2ª e 3ª séries”, utilizando operações com derivativos, swaps de fluxo de caixa, trocando o risco de juros e IPCA por percentuais do CDI.

Abaixo demonstramos o montante da dívida a valor justo e o efeito reconhecido no resultado do período.

	Dívida	Derivativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.303.719)	136.257	(1.167.462)
Amortizações de principal	364.491	(41.747)	322.744
Pagamento (recebimento) de juros e derivativos	29.087	(18.932)	10.155
Valor justo	(53.202)	699	(52.503)
Saldo em 30 de setembro de 2018	(963.343)	76.277	(887.066)

Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimentos, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado aos seus acionistas.

22 Obrigações de benefícios pós-emprego

Movimentação no período:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	440.827
Custo dos serviços correntes	438
Juros líquidos sobre obrigação atuarial	30.583
Benefícios pagos	(19.771)
	<hr/>
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>452.077</u>

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota (15) (b).

23 Pagamento baseado em ações

O período de aquisição e a posição das ações outorgadas em aberto são demonstrados a seguir:

Data do programa	Expectativa de exercício (anos)	Taxa de juros	Volatilidade	Quantidade em 30/09/2018			Preço de mercado na data de outorga	Valor justo na data de outorga R\$ (i)
				Ações outorgadas	Ações exercidas / canceladas	Em 30/09/2018		
20/04/2017	5	12,16%	27,20%	61.300	-	61.300	47,80	37,29
08/12/2017	5	10,09%	30,00%	97.780	-	97.780	54,25	36,37
31/07/2018	5	10,56%	32,38%	96.787	-	96.787	59,66	37,45
				<u>255.867</u>	<u>-</u>	<u>255.867</u>		

(i) A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação *Black-Scholes*.

Foi reconhecido o montante de R\$1.144 como despesa no período findo em 30 de setembro de 2018 (R\$ 620 em 30 de setembro de 2017) relativo à apropriação dos planos divulgados. Não houve cancelamento e/ou exercícios no período.

24 Eventos subsequentes

A Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP divulgou, em 17/10/2018, que foram aprovados por sua diretoria colegiada aditivos contratuais relacionados ao suprimento de gás natural entre a Companhia e a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, com a condição de que determinados itens sejam alterados, sem prejuízo do cumprimento das demais condições suspensivas acordadas entre as partes. Estes instrumentos preveem o aditamento dos contratos de suprimento existentes até dezembro de 2021.

Em 06 de novembro de 2018, o Conselho de Administração deliberou e aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 456.632, distribuídos com base nos resultados da Companhia do exercício de 2018.